
François Ascher, *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. Oeiras, Celta Editora, 1998, ix+240pp.
(tradução de Álvaro Domingos)

A Celta tem vindo a reforçar a sua imagem enquanto editora capaz de colmatar o défice de publicações existente em Portugal nos domínios do urbanismo e da sociologia urbana. Com efeito, quer através da colecção *Geografias* (onde agora é traduzida *Métapolis: ou l'avenir des villes*, de François Ascher, Éditions Odile Jacob, 1995), quer através da colecção *Sociologias*, a Celta tem dado à estampa um significativo número de obras onde a cidade e a cultura urbana se tornam objecto de análise.

É neste rumo que pode ser enquadrada a obra agora publicada. Contrapondo, de um lado, a concentração da população mundial nas grandes cidades (metropolização) e, de outro lado, os discursos negativos que, sendo historicamente dominantes, se produzem acerca desta realidade urbana, François Ascher sustenta que nos encontramos face a uma nova forma urbana que designa por metápole. Partindo desta hipótese, Ascher, convencido da inevitabilidade da metropolização, procura dar resposta a sete grandes questões que lhe permitem sugerir a necessidade de mudarmos quer as formas de pensar as metrópoles, quer os modos de concepção e de aplicação do urbanismo, quer ainda os modos de gestão dos conjuntos urbanos. Trata-se, no fundo, de salientar que o desafio das gran-

des metrópoles é dotarem-se de um espírito de cidade, convertendo-se em metápoles.

183

A primeira grande questão que o autor aborda é a do crescimento e da expansão das metrópoles. Afinal, o fenómeno da metropolização representa o fim das cidades, ou uma nova fase do processo de urbanização e uma nova forma de cidade? Tratando-se de uma questão antiga, outrora formulada em termos da relação cidade-campo, a dúvida acerca do futuro das cidades (um futuro entre o florescimento contínuo e a depressão por asfixia proveniente do crescimento) é uma dúvida recorrente sempre que se verifica um avanço nos meios de transporte e de comunicação. «Cada nova dinâmica urbana provoca uma expectativa ou uma crença no desaparecimento das cidades» (p. 19). Em resposta a esta questão, François Ascher encara a metropolização como uma etapa do processo de urbanização que abre caminho ao surgimento das metápoles.

A segunda grande questão que Ascher coloca prende-se com o papel da evolução técnica no rumo da urbanização. Esta questão levanta um rol de dúvidas acerca do futuro das cidades. O desenvolvimento presente das telecomunicações e dos transportes contribui para travar o crescimento das grandes cidades ou, pelo contrário, leva à intensificação desse processo? As telecomunicações substituem-se aos transportes ou estimulam-nos? Será que estas novas técnicas agravam as desigualdades entre territórios ou potenciam novas oportunidades de democracia e de equidade?

Face a estas dúvidas, o autor manifesta desde logo a sua oposição a qualquer determinismo tecnológico. A existência de novas técnicas não produz por si só efeitos sobre as cidades. Os usos das novas tecnologias derivam da sua capacidade de servirem as dinâmicas sociais que são valorizadas e as escolhas políticas que são feitas. São estas forças sociais e políticas que temos de analisar em primeiro lugar se queremos entender o papel das telecomunicações e dos transportes no rumo da urbanização. Acima de tudo, as novas tecnologias permitem abrir caminho a novas formas urbanas como as metápoles, que são espaços novos formados a partir do crescimento urbano. Como espaço, as metápoles têm uma dinâmica própria no tocante às actividades económicas e processos quotidianos e as tecnologias interagem na integração desses espaços ao contrário de, como muitas vezes se apregoa, estarem a conduzir a uma desurbanização e ao fim das cidades.

A terceira preocupação do autor da obra é equacionar o início de um novo longo ciclo urbano. Até que ponto as novas dinâmicas económicas (as novas lógicas empresariais, a complexidade e a flexibilidade das actividades económicas, a velocidade e a amplitude das transacções, o mercado e as novas formas de organização dos transportes) analisadas por Ascher correspondem a um novo ciclo urbano? Por outras palavras: sendo evidentes os sinais de entrada num novo ciclo económico, marcado pela globalização, até que ponto é que este novo ciclo está a originar novas formas urbanas?

O ciclo económico que fica para trás é o ciclo da «regulação fordista». Em todos os ciclos existe uma coerência entre as características principais desses ciclos, o tipo de cidades que neles se desenvolvem e as teorias sobre a cidade e sobre o urbanismo que aí são produzidas. Nisto, o ciclo fordista foi marcado por uma forte coerên-

cia. Taylor, Ford, Keynes e Le Corbusier são as personalidades que, representando vários domínios, simbolizam a coerência deste ciclo quanto àquilo que são as ideias dominantes. Face à desordem e a estruturas desadaptadas, as cidades, tal como as fábricas de Taylor e de Ford, têm de submeter-se a princípios de organização científica, têm de adoptar métodos de simplificação e de especialização, têm de gizar instrumentos de administração e de gestão. O movimento do urbanismo moderno pode, assim, ser visto como um taylorismo à escala da cidade. É, além disso, um movimento que se faz acompanhar por políticas keynesianas com o objectivo de desenvolver uma cidade do «bem-estar» que se esperava pudesse alcançar uma tripla finalidade: abrigar o operariado massificado e as novas classes médias; estimular a economia através do financiamento público e dos equipamentos colectivos e da habitação social; e favorecer a industrialização das actividades de construção e de obras públicas através de uma procura maciça (p. 57).

A crise que fragmenta a coerência do ciclo fordista é marcada por novas lógicas económicas que se repercutem nas formas de gestão das cidades e nas teorias urbanas e urbanísticas. Neste quadro, as cidades estão a aprender a flexibilizar-se e o novo ciclo económico parece estar a conduzir inequivocamente a um novo ciclo urbano.

Sendo a metápole um vasto e heterogéneo território sem limites físicos precisos, marcado pela mobilidade quotidiana e pela dissolução das relações de proximidade, interessa saber, por um lado, em que sentido evoluem nesses espaços as práticas sociais e os modos de vida e, por outro lado, como se situam face à fragmentação crescente a cidadania e as dinâmicas comunitárias. São estas duas questões que Ascher aborda de modo a problematizar as acções colectivas necessárias à vivência

urbana no contexto do futuro das metápoles. Neste plano, o autor constata que o rumo da urbanização é marcado por uma complexificação e individualização dos modos de vida, dinâmicas que, por difundirem uma ideologia de escolha, levam Ascher a sustentar que a cidade se está a converter num hipermercado de modos de vida. É baseando-se nestas tendências que o autor discute, analisando várias dimensões, a possibilidade de as novas realidades citadinas desenvolverem uma consciência de pertença a uma colectividade urbana.

As duas últimas questões tratadas pelo autor da obra remetem para o papel do urbanismo no quadro da organização da vida urbana nas grandes aglomerações. Por um lado, face à incerteza quanto ao futuro das cidades e à existência de um sistema internacional aberto, o planeamento urbano deixa de ser sobretudo uma actividade técnica para ser uma actividade política, passando a basear-se na negociação, no estabelecimento de compromissos e parcerias e na promoção de iniciativas de marketing urbano. Por outro lado, o urbanismo tem como desafio maior reformular o espaço público nas metápoles, construindo aí lugares urbanos, «no duplo sentido de agradável e de propício à urbanidade» (p. 177).

Embora o título da obra possa deixar transparecer que estamos perante uma obra de natureza prospectiva, o texto é acima de tudo de natureza interpretativa. A reflexão de Ascher à volta das tendências de concentração de pessoas e oportunidades nas grandes cidades vale sobretudo pelas questões que levanta e pelas pistas de pesquisa que permite delinear.

Paulo Peixoto

Giuseppe Fajertag e Philippe Pochet (orgs.), *Social Pacts in Europe*, Bruxelas, European Trade Union Institute / Observatoire Social Européen, 1997, 198 pp.

Publicado conjuntamente pelo Instituto Sindical Europeu (ISE) e pelo Observatório Social Europeu (OSE), instituições dedicadas ao estudo das relações laborais no contexto europeu, *Social Pacts in Europe* sintetiza dois *workshops* promovidos por ambas e que reuniram sindicalistas e universitários por forma a discutir as implicações teóricas bem como as experiências nacionais de pactos sociais na Europa, em especial nos anos noventa.

Este livro, que G. Fajertag e P. Pochet organizaram conjuntamente, surge na sequência de outros trabalhos editados pelo ISE relativos aos debates em torno do emprego/desemprego (nomeadamente alguns *Discussion & Working Papers*) e à evolução dos processos de negociação colectiva na Europa Ocidental em que estes autores vêm participando activamente. Embora alguns desses estudos dessem já conta de temas e tópicos de reflexão abordados em *Social Pacts in Europe*, este livro constitui um dos melhores contributos para a compreensão dos sistemas de relações laborais dos países da Europa Ocidental, em especial para discussão da noção de «pacto social» que, *grosso modo*, se reporta aos acordos firmados entre governos e parceiros sociais (capital e trabalho), e que aqui são analisados em dez países (Itália, Alemanha, Irlanda, Bélgica, Suécia, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Portugal e Holanda).

Reformulando a ideia de que o pacto social se justifica mais nos países cujos mercados de trabalho são atravessados por inúmeros problemas, *Social Pacts in*

Europe postula uma «tese de uniformidade», pois não só nenhum país europeu se encontra liberto do flagelo do desemprego como se constata que as diferenças entre as economias europeias se esbatem rapidamente (p. 7). Nestes termos, a moderação (restrição) salarial apresenta-se como elemento central dos pactos sociais, pois é a forma de articular o crescimento, o investimento e a competitividade com a criação de emprego.

Os três primeiros capítulos introduzem teoricamente o tema, embora se devam destacar os dois primeiros. No primeiro capítulo, que funciona como guia estruturante da obra, Pochet e Fajertag expõem claramente a lógica dos pactos sociais na década de noventa: em vez da tradicional opção por políticas de rendimentos, uma predisposição sindical para aceitar políticas de moderação salarial em troca da promessa (de governos e empregadores) quer da preservação dos níveis de emprego, quer da criação de novos empregos (pp. 11-13). Esta ideia chave está presente em todo o livro, sendo mesmo retomada em passos muito concretos (pp. 38; 50; 64; 72; 126-7; 139; 152-3; 181; 185-7; 190-1).

No segundo capítulo da obra, Franz Traxler discute (pp. 28-35) algumas questões importantes para o sucesso dos pactos sociais: a indispensabilidade das funções de concertação; o interesse do Estado e dos parceiros sociais na resolução de problemas pelo consenso; o alargamento das zonas de compromisso requeridas nos processos de concertação, quer pela extensão das matérias cobertas pelos pactos sociais, quer pelo alargamento dos níveis de concertação (para «cima», visando níveis regionais, e para «baixo», não esquecendo o local de trabalho). Esta discussão dos factores que podem contribuir para uma boa implementação dos pactos sociais já se encontrava bem sistematizada no capítulo introdutório, onde Pochet e Fajertag

salientavam, para além de alguns pontos coincidentes com a visão de Traxler, o valor dos pactos para a consolidação do diálogo social e das práticas de concertação, a importância da sua planificação no médio e longo prazo, a necessidade de os pactos verem a sua implementação controlada e acompanhada, a importância decorrente do número de parceiros que subscrevem o pacto ou ainda, no que concerne ao sentido geral deste livro, a produção de resultados visíveis em matéria de emprego. Neste domínio, o sucesso dos pactos tem sido problemático, constituindo a Irlanda a única excepção no contexto europeu (pp. 14-15), como de resto é reforçado mais à frente no capítulo de Rory O'Donnell e Colm O'Reardom (em especial nas pp. 92 e 93) e como o próprio Traxler também confirma (p. 34).

A segunda parte de *Social Pacts in Europe* é composta pelos nove capítulos seguintes, relativos às experiências nacionais. Deve saudar-se o facto de a obra conceder atenção tanto a países do Norte como do Sul da Europa (como é o caso de Portugal, país normalmente esquecido), embora se estranhem as ausências da Espanha e da Grécia, bem como da França e da Áustria, o mesmo já não se passando com a ausência da Grã-Bretanha. Uma nota justificativa dos países seleccionados e sua pertinência analítica para a lógica global dos pactos sociais dos anos noventa talvez devesse ter sido acautelada pelos organizadores do livro.

Nesta parte empírica é curial mencionar dois estudos pela boa articulação que promovem com as discussões teóricas iniciais. São eles o relativo à Alemanha, da autoria de Reinhard Bispinck, e o dedicado à Holanda, redigido por Jan Peter van den Toren. O primeiro, pela referência ao exemplo concreto do acordo «Aliança para o Emprego» proposto no sector metalúrgico, o qual se traduziu na aceitação sindical de

restrições salariais e de aumentos não superiores à inflação em troca de garantias por parte das empresas daquele ramo em sustento dos despedimentos colectivos, criando 300.000 novos empregos, e da promessa, por parte do governo federal, de não reduzir os subsídios de desemprego ou outros benefícios para os desempregados e de não introduzir medidas que piorassem o sistema de segurança social. O segundo, por realçar o interesse demonstrado desde 1982 por este país pelas questões da moderação salarial e da redução do tempo de trabalho, bem como pela adopção de políticas especificamente orientadas para a criação de emprego desde final da década de oitenta.

A uniformidade entre países subjacente à preocupação de combater o desemprego, apesar de, como se disse, ser dominante na obra, é pouco realçada nalguns artigos, onde o espaço para a incorporação de uma secção específica e autónoma sobre «políticas de emprego» ou não é contemplada ou se apresenta dispersa. No caso belga, por exemplo, o emprego aparece mesmo, como refere Etienne Arcq, como uma meta falhada (pp. 101-102). Por outro lado, as preocupações com a identificação de pontos de convergência entre países (pp. 12; 21-23; 34; 92) são igualmente escassas e estão essencialmente concentradas nos capítulos teóricos. Nem mesmo o capítulo que compara a Suécia com a Noruega pode ser visto como excepção, pois os seus autores (Jon Erik Dolvik e Andrew Martin) privilegiam a diversidade entre modelos de relações laborais (nomeadamente quando dão conta das *nuances* entre os dois países quanto ao envolvimento do Estado nas negociações entre capital e trabalho) em detrimento da semelhança. Não deixa de ser curioso este realçar das diferenças entre os próprios países nórdicos, quando o que é mais usual é destacar as divergências face aos do Sul. Com efeito, costuma-se salientar que aqueles reforçam

institucionalmente os pactos sociais por força de uma boa cooperação entre as partes que os subscrevem, ao passo que, nos segundos, os processos de concertação são marcados por uma lógica de competitividade entre as organizações que se envolvem em tais processos e que é justificada, quer pela incapacidade organizativa, quer pelo défice de coesão interna das organizações sindicais. No texto sobre a Finlândia, Jaakko Kiander exemplifica bem a coesão sindical que existe neste país (p. 138), que contrasta claramente com o que sucede em Portugal, como o demonstram Maria da Paz Campos Lima e Reinhard Naumann (pp. 157; 170; 172; 174).

Estes e outros exemplos nacionais (como o fracasso alemão da «Aliança para o Emprego», pp. 12; 76) relatados em *Social Pacts in Europe* são ilustrativos das dificuldades em alcançar um «pacto social europeu» orientado para o combate ao desemprego. Além disso, os leitores desta obra não encontram nela um capítulo de sistematização de conceitos, dicotomias ou problemáticas debatidas em cada país, o que também enfraquece a identificação de tendências comuns entre eles. Em todo o caso, o alerta inicial dos organizadores do livro (p. 15) já deixava antever isso, quando se argumentava ser prematuro afirmar que os acordos de concertação social tripartida estão a servir de molde para a criação de um sistema europeu de relações laborais. É que se, por um lado, o reforço das formas de concertação parece ser uma meta importante para todos os países (com excepção da Grã-Bretanha), por outro lado, o fracasso de alguns acordos em matéria de emprego em países com tradições de concertação (como a Bélgica e a Alemanha) deve ser olhado com prudência.

Apesar das reservas apontadas, seria inadequado não incluir este livro nas referências de leitura obrigatória, pela riqueza da informação teórica e empírica que nos

fornece, pela rigorosa exposição das conjunturas sociais, económicas e políticas de cada país, bem como pela referência aos *timings* de afirmação das políticas de

moderação salarial accionadas em diferentes países no sentido de valorizar o emprego.

Hermes Augusto Costa